

Formação da perspectiva psicossocial do assédio universitário

Formación de la perspectiva psicosocial sobre el acoso universitario

Training of the psychosocial perspective on university harassment

Danielly Beatriz Moraes Marquez¹ 

Kézia Sousa Lima² 

Ronaldo Gomes-Souza³ 

^{1,3}Universidade Federal do Amazonas (Manaus). Amazonas, Brasil. daniellybeatriz15@gmail.com, ronaldopsicologo@ufam.edu.br

²Contato para correspondência. Universidade Federal do Amazonas (Manaus). Amazonas, Brasil. kezia.ufam@gmail.com

RESUMO | INTRODUÇÃO: O assédio moral é um fenômeno multifacetado que requer uma perspectiva interdisciplinar capaz de acompanhar sua complexidade para além das dimensões jurídico-administrativas. Para tanto, é necessário, em primeiro lugar, reconhecer sua dimensão psicossocial e uma formação robusta, em psicologia, para contribuir nos casos de assédio, em diferentes contextos. Este estudo aborda diferentes contribuições, reflexões e avanços sobre a formação em psicologia, a partir da perspectiva psicossocial do assédio no âmbito acadêmico superior. **OBJETIVO:** Analisar a experiência formativa de um estágio supervisionado em Psicologia focado no assédio moral no contexto universitário. **MÉTODO:** A pesquisa foi embasada na perspectiva psicossocial do assédio e diversos métodos educativos, com encontros dialogados, mobilizações e ações coletivas. **RESULTADO:** Foram identificados avanços na formação, visto que os estudantes participantes articularam atividades de estágio com pesquisas de iniciação científica e de pós-graduação stricto sensu (mestrado), integrando ações de prevenção e enfrentamento aos assédios na universidade. **CONCLUSÃO:** Os discentes desenvolveram estratégias na sua formação na perspectiva psicossocial, articulando práticas de ensino, pesquisa e extensão, de prevenção e enfrentamento ao assédio, contribuindo na construção de material didático (cartilha) e de minuta de política pública, de impacto institucional, regional e nacional.

PALAVRAS-CHAVE: Assédio Moral. Fatores Psicossociais. Instituições de Ensino Superior. Saúde Mental.

RESUMEN | INTRODUCCIÓN: El acoso laboral es un fenómeno multifacético que requiere una perspectiva interdisciplinaria capaz de abordar su complejidad más allá de las dimensiones legales y administrativas. Para ello, es necesario, ante todo, reconocer su dimensión psicosocial y contar con una sólida formación en psicología que permita contribuir a los casos de acoso en diferentes contextos. Este estudio aborda diversas contribuciones, reflexiones y avances en la formación psicológica desde la perspectiva psicosocial del acoso en entornos académicos superiores. **OBJETIVO:** Analizar la experiencia formativa de una pasantía supervisada en Psicología centrada en el acoso laboral en el contexto universitario. **MÉTODO:** La investigación se basó en la perspectiva psicosocial del acoso y en diversos métodos educativos, incluyendo reuniones dialogadas, movilizaciones y acciones colectivas. **RESULTADOS:** Se identificaron avances en la formación, ya que los estudiantes participantes articularon las actividades de la pasantía con la investigación de pregrado y posgrado (nivel de maestría), integrando acciones para la prevención y el enfrentamiento del acoso en la universidad. **CONCLUSIÓN:** Los estudiantes desarrollaron estrategias en su formación desde una perspectiva psicosocial, articulando prácticas de enseñanza, investigación y divulgación para la prevención y el enfrentamiento del acoso, contribuyendo a la construcción de materiales didácticos (folleto) y un borrador de política pública con impacto institucional, regional y nacional.

PALABRAS CLAVE: Acoso Moral. Factores Psicosociales. Instituciones de Educación Superior. Salud Mental.

ABSTRACT | INTRODUCTION: Workplace harassment is a multifaceted phenomenon that requires an interdisciplinary perspective capable of addressing its complexity beyond the legal and administrative dimensions. To this end, it is necessary, first and foremost, to recognize its psychosocial dimension and to have robust training in psychology to contribute to cases of harassment in different contexts. This study addresses different contributions, reflections, and advances in psychology training from the psychosocial perspective of harassment in higher academic settings. **OBJECTIVE:** To analyze the formative experience of a supervised internship in Psychology focused on workplace harassment in the university context. **METHOD:** The research was based on the psychosocial perspective of harassment and various educational methods, including dialogued meetings, mobilizations, and collective actions. **RESULTS:** Advances in training were identified, as participating students articulated internship activities with undergraduate and graduate research (master's level), integrating actions for the prevention and confrontation of harassment at the university. **CONCLUSION:** The students developed strategies in their training from a psychosocial perspective, articulating teaching, research and outreach practices for the prevention and confrontation of harassment, contributing to the construction of teaching materials (booklet) and a draft public policy with institutional, regional and national impact.

KEYWORDS: Moral Harassment. Psychosocial Factors. Higher Education Institutions. Mental Health.

Introdução

O assédio moral dentro das instituições universitárias vem sendo abordado cada vez mais em discussões científicas. A persistência do tema tem relação direta com esse interesse da comunidade que, por sua vez, busca entender, expandir e aplicar métodos de prevenção e enfrentamento, já que 60% das Universidades Federais não possuem políticas para lidar com os desafios do fenômeno (Carregosa, 2025). Um dos pontos centrais da discussão é a negligência, omissão e/ou dificuldade de se enxergar o assédio para além de suas dimensões jurídico-administrativas, assumindo um compromisso, aprofundamento, apropriação e legitimação das dimensões psicossociais, em primeiro lugar, dentro das especificidades organizacionais e interpessoais da academia (Lima & Gomes-Souza, 2024). Para tanto, faz-se necessário uma formação e atuação crítica e reflexiva principalmente na psicologia, em prol de diálogos com outras áreas de conhecimento para a mobilização de ações mais dignas, justas, saudáveis e efetivas de prevenções e enfrentamento ao assédio.

Historicamente, as tentativas de definir o assédio moral remontam a estudos que o caracterizam como um conjunto de comportamentos hostis e persistentes que visam amedrontar ou intimidar a vítima (Brodsky, 1976; Leymann & Gustafsson, 1996). Embora a terminologia varie globalmente – sendo reconhecido como *mobbing* na Europa, *bullying* na Inglaterra, *harassment* nos Estados Unidos ou *acoso* em países de língua espanhola (Tupinambá, 2014) – o fenômeno consolidou-se na literatura como uma conduta abusiva e sistemática que degrada o ambiente e atinge a dignidade do indivíduo (Hirigoyen, 2013; Soboll, 2017). Apesar dessa diversidade cultural e conceitual, é possível estabelecer um núcleo comum que define o assédio a partir de quatro elementos fundamentais: a abusividade da conduta dolosa, a reiteração prolongada no tempo, a finalidade da ação e o dano psíquico-emocional causado à vítima (Tupinambá, 2014).

Além disso, vítimas de assédio moral, quando comparadas com indivíduos que não sofrem essa forma de violência, apresentam um nível maior de sintomas de depressão, de ansiedade e de afetividade negativa, como apontado na pesquisa de Hansen et al. (2006). Infelizmente, os danos a vida dessas pessoas, não para por aí, resultados obtidos por Vartia (2003) indicam que o bem-estar psicológico das vítimas e das testemunhas é inferior ao da população não sofredora de assédio moral, e estabelecem uma relação entre a violência sofrida e a incidência de doença cardiovascular e de depressão.

Esses elementos são acompanhados de vários outros aspectos e sintomas que permeiam o cotidiano do indivíduo em diversas áreas da sua vida, como o âmbito mental com pensamentos suicidas e autodestrutivos, o âmbito trabalhístico, deteriorando a sua eficiência no trabalho o que pode acarretar a perda de emprego, o âmbito físico com tensões musculares, doenças físicas e até mesmo a esfera social já que, o indivíduo pode vir a apresentar comportamentos heteroagressivos, autoagressivos e apatia (Ignácio, 2018).

Já o assédio no ambiente universitário apresenta características singulares devido à complexidade das relações de poder que permeiam as Instituições de Ensino Superior (IES). Biscaia (2024) destaca que o assédio moral no ambiente universitário atua como uma forma de violência muitas vezes invisível, prejudicando as relações

institucionais e impactando negativamente a saúde mental, o desempenho acadêmico e a vida profissional de docentes, discentes e servidores.

Diferentemente de outros contextos laborais, a universidade combina hierarquias formais (como docentes, técnicos-administrativos e discentes) com dinâmicas acadêmicas informais, como a relação orientador-orientando, a competição por bolsas e a produção científica sob pressão. Essa ambiência pode naturalizar práticas de assédio moral e sexual, mascaradas sob discursos de "exigência acadêmica" ou "meritocracia", como destacam [Lima et al. \(2024\)](#) ao afirmarem que o assédio moral no ambiente universitário é uma forma de violência sutil, frequentemente legitimada por discursos meritocráticos ou pela própria estrutura hierárquica das IES.

Nesse contexto, a especificidade do assédio acadêmico reside na instrumentalização do prestígio intelectual como mecanismo de silenciamento. Por ser um espaço de autoridade científica, a universidade pode criar uma redoma onde comportamentos abusivos são camuflados sob a proteção do rigor acadêmico, transformando o saber em ferramenta de poder. Essa dinâmica contribui para que a subnotificação seja frequente, pois as vítimas muitas vezes temem retaliações que possam comprometer suas bolsas, orientações ou trajetórias de carreira. Assim, o enfrentamento exige desconstruir a cultura que tolera a opressão em nome da "genialidade", o que corrobora o argumento de [Brondani et al. \(2025\)](#) de que o assédio no contexto universitário reflete dinâmicas estruturais de poder, exigindo medidas institucionais e políticas seriamente comprometidas com sua prevenção e combate.

Realizar um estágio em Psicologia com foco no assédio universitário é, portanto, crucial para desenvolver competências técnicas e críticas sobre violências institucionais. Discutir e refletir sobre o assédio moral e sexual na universidade, atuar na escuta qualificada de vítimas, na elaboração de campanhas de prevenção e no mapeamento dos fatores organizacionais que perpetuam essas práticas, são todas atividades que um estágio focado em assédio pode proporcionar. [Brondani et al. \(2025\)](#) defendem que estágios em Psicologia com foco no assédio universitário devem preparar futuros profissionais para atuar em três frentes: (1) acolhimento psicossocial de vítimas, (2) elaboração de políticas preventivas e (3) análise crítica das estruturas de poder que perpetuam violências.

Essas competências são essenciais para transformar realidades institucionais.

Essa experiência permite compreender, na prática, como o assédio afeta a subjetividade e as relações acadêmicas, além de contribuir para a construção de políticas institucionais mais eficazes. A atuação do psicólogo nesse contexto é estratégica: ele media conflitos, propõe intervenções coletivas e auxilia na desnaturalização de comportamentos abusivos, promovendo uma cultura universitária baseada no respeito e na saúde mental. A atuação do psicólogo no contexto universitário e organizacional deve ir além do acolhimento individual e do manejo clínico tradicional, incorporando uma perspectiva institucional crítica que reconheça o impacto da organização do trabalho na saúde mental. Conforme apontam os pressupostos da Psicodinâmica do Trabalho e da Psicologia Social Crítica, intervenções eficazes contra o assédio moral exigem: (1) o mapeamento das dinâmicas de poder e das formas de gestão que precarizam as relações acadêmicas, (2) a mediação de conflitos que considere a assimetria dessas relações e (3) a proposição de políticas coletivas de prevenção e espaços democráticos de escuta.

Assim, o estágio torna-se um espaço de formação ética e política, preparando futuros profissionais para enfrentar desafios contemporâneos nas relações de trabalho e educação, como afirma [Mendes \(2024\)](#) ao ressaltar que o estágio em Psicologia voltado para a prevenção ao combate do assédio na universidade deve capacitar estudantes para: Compreender os impactos na subjetividade (ansiedade, evasão, depressão); Atuar na mediação de conflitos e na desconstrução de hierarquias abusivas; Propor políticas institucionais baseadas em evidências científicas e direitos humanos.

Com todos esses conhecimentos à vista, é possível observar o real impacto e importância do assédio moral, não só para as vítimas, mas para a sociedade em geral, visto que essa é uma temática que acaba por afetar todos os âmbitos de nossas vivências. Dessa forma trabalhos como este são importantes para promover a reflexão do tema e compartilhar os avanços e os conhecimentos adquiridos durante o processo, além de manter ativo o debate do tema, que é exatamente o que se busca atingir com esta produção: uma promoção saudável da reflexão e análise crítica do fenômeno de assédio moral nas universidades.

Apesar da crescente relevância acadêmica e social sobre o assédio moral nas IES, observa-se uma lacuna em estudos que sistematizem estratégias práticas de enfrentamento a partir da formação profissional. Embora existam pesquisas teóricas densas e dados estatísticos sobre a prevalência do fenômeno, há uma carência de pesquisas que descrevam como a articulação entre ensino, pesquisa e extensão pode instrumentalizar futuros psicólogos para intervir nessa realidade. Este estudo justifica-se, portanto, pela necessidade de documentar e analisar criticamente modelos formativos que integrem a produção de conhecimento científico com a criação de ferramentas pedagógicas e políticas de prevenção no cotidiano universitário.

Portanto, o objetivo geral deste estudo é analisar a experiência formativa de um estágio supervisionado em Psicologia, focado na perspectiva psicossocial da prevenção e ao enfrentamento ao assédio moral, no contexto universitário, que articulou diversos projetos e métodos educativos. De forma específica, o trabalho descreve as estratégias pedagógicas e metodológicas utilizadas na formação dos estagiários, detalha o processo de construção coletiva de ferramentas preventivas – com ênfase na elaboração de uma cartilha informativa, e analisa a articulação entre o estágio, a iniciação científica e a pós-graduação stricto sensu.

Método

Trata-se de pesquisa de abordagem qualitativa, com delineamento descritivo, no intuito de potencializar a força narrativa e analítica do trabalho. Tal abordagem investe seus esforços científico-acadêmicos para a profundidade das interações com os sujeitos participantes. Assumindo uma não neutralidade entre os pesquisadores e participantes: as subjetividades deles se entrelaçam, se atravessam, se sobrepõem, se complementam e se constituem, mutuamente, em movimentos dinâmicos, complexos e contraditórios (Magnago et al., 2023; Tuzzo et al., 2024).

Sobre as interações qualitativas no processo de pesquisa, Tuzzo et al. (2024) argumentam sobre o poder e a necessidade da dialogicidade:

(...) o diálogo que ocorre em todas as etapas do planejamento da pesquisa fazendo com que a pesquisa qualitativa seja então inspiradora e de certo modo libertadora, pois como a educação (Freire, 1980, 1983), também ela (a pesquisa qualitativa) oferece ao pesquisador a possibilidade de se reinventar e de dialogar com os resultados, bem como com todas as fases da pesquisa (...). (p. 3)

Magnago et al. (2023, p. 782) complementam com uma leitura que vai ao encontro das reflexões e contribuições dos estudos de Tuzzo et al. (2024, p. 3), ao dizerem que a Epistemologia Qualitativa se diferencia de outras propostas epistemológicas de cunho qualitativo devido à articulação de três atributos que a caracterizam. O primeiro atributo diz respeito ao caráter dialógico do processo de construção do conhecimento, que compreende a produção teórica como uma repercussão da interação entre os sujeitos da pesquisa – pesquisadora e participante. O diálogo, assim, é um espaço de comunicação e expressão, no qual são construídos sentidos por meio do envolvimento emocional e simbólico do participante com o tema da pesquisa e com o sujeito da pesquisadora. O segundo atributo, reconhecimento do singular como instância de produção do conhecimento científico, salienta a legitimidade do estudo do singular e o papel importante que desempenha na construção de modelos teóricos generalizáveis, afastando-se da dicotomia empírico-teórico. O terceiro atributo, relativo ao caráter construtivo-interpretativo do conhecimento, compreende que o conhecimento se produz de forma constante, construindo-se durante todo o processo da pesquisa. Durante esse processo de construção, a pesquisadora, em ações ativas e criativas, produz significados denominados interpretações.

Local e participantes

O estudo ocorreu no âmbito de uma Universidade Federal do Norte do Brasil. Participaram 12 estudantes de estágio de graduação, 2 de doutorado, 2 de mestrado e 8 de graduação (voluntários do curso de psicologia ou de iniciação científica) e o professor orientador/supervisor. Assim, totalizaram-se 25 sujeitos participantes no processo coletivo de planejamento e execução das atividades.

Procedimentos de formação

As atividades do estágio supervisionado foram articuladas com uma pesquisa de iniciação científica

e outra de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado) sobre assédio moral no contexto universitário e totalizaram 180 horas. Estas foram dedicadas ao planejamento, elaboração de material didático (cartilha), apresentação e discussão de conteúdos teóricos e à etapa prática de mapeamento institucional.

Dentre vários materiais teóricos e metodológicos, obra principal utilizada foi “Assédio moral no trabalho em Universidade: um panorama da Universidade Federal da Bahia” (Silva, 2024). O processo de formação e os materiais utilizados priorizaram a dimensão psicossocial do assédio, em detrimento de uma abordagem estritamente jurídico-administrativa, visando compreender conceitos básicos, identificar sinais e sintomas e aprender estratégias de intervenção de prevenção e enfrentamento ao assédio moral no trabalho acadêmico (contexto universitário).

Procedimentos de campo

A etapa prática da pesquisa, ancorada no estágio, consistiu na inserção dos graduandos em uma pesquisa institucional de larga escala, cujo objetivo era mapear a saúde mental e as vivências de assédio moral e sexual em uma Universidade Pública do Norte do Brasil. Mais do que uma coleta técnica, essa fase foi utilizada como um dispositivo dialógico-pedagógico (Magnago et al., 2023; Tuzzo et al., 2024) para que os estudantes participantes pudessem experienciar a complexidade que constitui o fenômeno pesquisado, no cotidiano universitário.

A atuação de campo foi estruturada em duas fases estratégicas, coordenadas pelo professor orientador, estudantes de mestrado e doutorado: a) Fase de sensibilização e busca ativa virtual, que ocorreu entre agosto e outubro de 2024. O professor e os estudantes estagiários realizaram a divulgação do mapeamento em plataformas institucionais (SouGov e pró-reitorias de graduação, de pesquisa e de gestão de pessoas) e grupos de comunicação discente. A baixa adesão inicial nesta etapa serviu como primeiro objeto de análise crítica na formação, revelando as resistências e o silenciamento que cercam a temática do assédio; b) Fase de inserção presencial e reestruturação metodológica: diante das limitações da fase virtual, implementou-se uma busca ativa presencial (outubro a dezembro de 2024). Cada estagiário responsabilizou-se pela visita a, no mínimo, dez turmas de diferentes cursos, além de abordagens em espaços de convivência. Esse movimento exigiu dos estudantes o desenvolvimento de

habilidades psicossociais de manejo interpessoal e ética profissional ao abordar sujeitos sobre temas sensíveis em ambiente público.

Instrumentos e técnicas de coleta

A experiência metodológica pautou-se no uso de métodos mistos, integrando o mapeamento quantitativo à análise qualitativa. A etapa quantitativa consistiu na aplicação de formulários estruturados, atingindo uma amostra representativa de mais de 800 respondentes, entre discentes (de graduação e pós), docentes e técnicos-administrativos. Complementarmente, a dimensão qualitativa foi viabilizada por meio de 94 entrevistas semiestruturadas com voluntários, cujo roteiro foi estruturado em quatro eixos analíticos: o compartilhamento de experiências de violência; estratégias de promoção de saúde mental; proposições para políticas institucionais para prevenção e enfrentamento aos assédios na universidade; e um espaço de livre expressão para demandas emergentes. Ressalta-se que o tratamento estatístico e a análise de conteúdo dos dados brutos pertencem ao escopo da pesquisa institucional macro e não compõem o objeto desta pesquisa. A análise aqui apresentada recai, exclusivamente, sobre os processos formativos, os desafios de campo e as percepções dos participantes estudantes.

Procedimentos éticos e manejo de crise

O estudo cumpriu integralmente as diretrizes da Resolução nº 466/2012 e da Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, tendo sido aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) sob o CAAE nº 78543624.7.0000.5020. O processo de obtenção do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) foi realizado na etapa quantitativa (online), o TCLE era a primeira tela visualizada pelo participante, que deveria obrigatoriamente assinalar a opção 'Li e aceito participar' para liberar o acesso ao formulário. Ao final do preenchimento dos formulários, os participantes eram sistematicamente convidados pela equipe de pesquisa a colaborar com a etapa qualitativa do estudo, a entrevista. Para os voluntários que manifestaram interesse, foi realizado o recrutamento mediante a coleta de dados de contato para agendamento posterior. No momento da entrevista, procedeu-se a uma nova leitura e orientação minuciosa acerca do TCLE, reafirmando-se as garantias de sigilo, anonimato e o direito à desistência sem qualquer ônus.

Assegurou-se, em todas as etapas, a natureza voluntária da participação, sem a oferta de benefícios financeiros ou a existência de prejuízos acadêmicos e funcionais em caso de recusa. Todos que participaram da entrevista eram maiores de 18 anos.

Crucialmente, a formação incluiu o manejo de situações de crise. Estabeleceu-se um fluxo de acolhimento imediato para casos de risco (como ideação suicida ou ameaças de violência), com retaguarda direta do professor coordenador e encaminhamento para o serviço de acolhimento psicológico da universidade. Tal procedimento garantiu que o estágio cumprisse seu compromisso ético e clínico, resultando no encaminhamento satisfatório de casos críticos identificados durante a coleta.

Sistematização e análise da experiência

A análise da pesquisa pautou-se na prática reflexiva e na sistematização de experiências, método que busca interpretar criticamente o processo vivido para extrair aprendizados teóricos e práticos. Diferentemente de um estudo de levantamento (*survey*), esta sistematização não visa reportar os achados da coleta realizada. O foco analítico concentra-se na dimensão pedagógica da experiência, utilizando os episódios da coleta presencial como incidentes críticos para refletir sobre a formação em Psicologia e as barreiras institucionais no enfrentamento ao assédio.

O corpus de análise foi constituído pelos registros diários de campo dos estagiários, pelas transcrições das entrevistas e pelas discussões realizadas nas supervisões coletivas. O procedimento analítico ocorreu em três etapas: a) reconstituição da vivência, organizando cronologicamente as fases do estágio; b) análise interpretativa, confrontando os desafios da coleta presencial com a literatura sobre as barreiras institucionais relativas à prevenção e ao enfrentamento do assédio (Silva, 2024; Soboll, 2017); e c) síntese dos aprendizados, focada na construção de ferramentas pedagógicas (cartilha) e na maturação da identidade profissional dos estudantes. Assim, a análise não se restringiu ao tratamento estatístico dos dados coletados, mas à reflexão crítica sobre o papel da/o psicóloga/o em formação, diante de fenômenos de violência institucional (mais especificamente às violências dos assédios moral e sexual e o impacto na saúde mental).

Resultados e discussões

Os resultados da pesquisa não visam reportar os dados estatísticos da pesquisa matriz, que ainda está em fase de processamento, mas sim analisar os marcos formativos do estágio supervisionado. A partir da Sistematização da Experiência que possibilitou este estudo, os achados foram organizados em três eixos temáticos que respondem ao objetivo de descrever a formação em psicologia frente ao assédio.

Eixo 1 - A desnaturalização do assédio e a construção da identidade profissional

A inserção na disciplina de estágio proporcionou um aprofundamento teórico-crítico sobre o fenômeno psicossocial do assédio moral, permitindo a superação de visões do senso comum em prol de uma compreensão multidimensional. A vivência teórica, pautada em Silva (2024), foi o balizador para o reconhecimento das especificidades do assédio no setor público e acadêmico, na qual o prestígio intelectual e as hierarquias rígidas frequentemente operam como mantenedores de estruturas opressivas. Ao confrontar a teoria com a prática, observou-se que o assédio na universidade assume predominantemente uma configuração vertical descendente (professor-aluno/professor-técnico), o que corrobora os estudos de Freitas et al. (2011) sobre como estruturas de poder desiguais favorecem abusos invisibilizados.

Durante as supervisões coletivas e as entrevistas individuais realizadas, observou-se que o estranhamento inicial dos estagiários diante da "naturalização" de comportamentos abusivos, como a exclusão sistemática de reuniões ou a desqualificação pública de ideias, transformou-se gradualmente em compromisso ético-político. Conforme apontam Farias et al. (2024), a invisibilidade do fenômeno na estrutura organizacional de Universidades Federais só é rompida quando a formação acadêmica integra a perspectiva psicossocial à prática de campo.

Nesse sentido, o estágio funcionou como um espaço de reflexão sobre a prática profissional. Ao interagir com os diversos atores da comunidade acadêmica (docentes, técnicos e discentes), a equipe pôde confrontar a teoria com o sofrimento manifesto nos relatos de medo e desamparo. Essa "escuta do invisível" permitiu que o grupo desenvolvesse um senso

de responsabilidade social que extrapola a clínica tradicional. Tal processo corrobora a tese de [Mendes \(2024\)](#), de que o assédio no contexto acadêmico atua como um mecanismo prejudicial em múltiplos níveis que podem evoluir de prejuízos intelectuais para o abandono da trajetória universitária, exigindo que o futuro psicólogo desenvolva competências para intervenções coletivas e institucionais.

Portanto, a construção da identidade profissional nesta experiência não se limitou ao aprendizado de técnicas de coleta, mas à maturação de um olhar sensível às dinâmicas de poder. A percepção de que transformar a realidade universitária exige uma ação que fortaleça a dimensão psicossocial, para além da estrita via jurídico-administrativa, consolidou-se como o principal ganho formativo deste eixo.

Eixo 2 - Desafios da inserção em campo: do silenciamento institucional à busca ativa

Esta categoria analisa a transição metodológica da coleta virtual para a presencial como um fenômeno psicossocial. A baixa adesão inicial nos formulários online (Fase a) não foi apenas uma limitação técnica, mas um dado analítico que revela o silenciamento e o medo de represálias inerentes às instituições hierarquizadas ([Farencena et al., 2021](#)). A resistência ao formato virtual foi atribuída à extensão dos instrumentos, à dificuldade de abordar traumas de forma isolada e à percepção de baixo impacto institucional.

A reestruturação para a coleta presencial e as abordagens em sala de aula (Fase b) funcionaram como um dispositivo de quebra de invisibilidade. A presença física dos estagiários e o manejo da escuta qualificada permitiram que os sujeitos (estudantes, técnicos e docentes) se sentissem validados em seus sofrimentos. Observou-se que a abordagem direta reduziu a percepção de risco e aumentou o engajamento, evidenciando que o enfrentamento ao assédio exige uma postura institucional ativa e não apenas canais passivos de denúncia. Além disso, a experiência demonstrou a urgência de incluir grupos frequentemente marginalizados, como os trabalhadores terceirizados, que estão expostos a relações abusivas sem os mesmos mecanismos de proteção. Contudo, como alertam [Lima e Gomes-Souza \(2024\)](#), mesmo pesquisas presenciais em universidades enfrentam limitações geográficas e culturais, sendo nossos resultados específicos de um contexto regional do norte brasileiro que pode diferir de outras realidades acadêmicas.

Eixo 3 - Inovações na atuação psicossocial e implicações jurídico-institucionais

A experiência de estágio não se limitou ao campo da conscientização, mas tencionou a interface entre a Psicologia e o Direito, reconhecendo que, embora a legislação trabalhista brasileira tenha avançado ([Oliveira et al., 2024](#)), sua aplicação nas universidades ainda esbarra em estruturas arcaicas ([Biscaia, 2024](#)). Uma das contribuições mais significativas derivadas do projeto foi a articulação com a esfera federal para instituir o laudo psicossocial como documento obrigatório em processos de assédio.

Atualmente, membros da Comissão de Prevenção e Combate ao Assédio Moral da universidade estudada, em colaboração direta com um Procurador da República, trabalham na construção de diretrizes para instituir o laudo psicossocial como peça obrigatória em processos de assédio a nível federal. Tal movimento representa uma inovação na atuação do psicólogo jurídico-institucional/do trabalho, pois supera a barreira da prova, conforme discutido por [Paula et al. \(2021\)](#). As autoras (2021) afirmam que a dificuldade probatória é um dos maiores entraves à penalização do assédio. O laudo psicossocial (parecer técnico psicossocial) atua como uma evidência técnica que materializa o dano subjetivo, combatendo a impunidade.

Esse movimento também fortalece o protagonismo da psicologia, pois insere o psicólogo não apenas como um assistente, mas como um ator técnico indispensável na leitura da dinâmica organizacional e dos impactos na saúde mental do trabalhador/estudante. Além disso, ao elevar a discussão ao Ministério Público Federal, o projeto extrapola os muros da universidade, influenciando políticas públicas que visam garantir que a dignidade humana (Art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil) seja protegida por mecanismos técnicos de avaliação robustos.

A produção da cartilha informativa representou a síntese do esforço didático-preventivo da equipe. Utilizando ferramentas de design (Canva), o grupo transpôs categorias teóricas complexas como o assédio organizacional, eleitoral, virtual e interseccionalidades de raça, classe e gênero para uma linguagem acessível e atraente. A elaboração desse produto exigiu uma postura pautada na compaixão e na empatia, elementos cruciais para criar espaços de acolhimento ([Wong & Greenwood, 2023](#)). Essa etapa demonstrou que a atuação do psicólogo no

contexto universitário deve integrar o rigor conceitual à eficácia comunicativa para romper a aridez dos fluxos administrativos tradicionais.

Diante desse cenário, observa-se que deixar de apenas reagir aos casos e passar a propor ações concretas dentro da instituição revela que o enfrentamento ao assédio nas IES depende obrigatoriamente de políticas de Estado que vão além de gestões acadêmicas temporárias. A experiência do estágio demonstrou que intervenções isoladas, como palestras ou canais de denúncia passivos, são insuficientes se não estiverem ancoradas em um fluxo de acolhimento que proteja o denunciante de retaliações institucionais (Silva, 2024). Nesse sentido, a discussão sobre políticas públicas deve incorporar a criação de comissões autônomas e permanentes, dotadas de corpo técnico multiprofissional, capazes de realizar o monitoramento dos riscos psicossociais no ambiente universitário. Assim, a articulação entre ferramentas pedagógicas, como a cartilha, e instrumentos técnicos, como o laudo psicossocial, fortalece a necessidade de materializar o sofrimento subjetivo em evidência administrativa, combatendo a cultura da impunidade que frequentemente caracteriza as hierarquias acadêmicas (Paula et al., 2021).

Considerações finais

A pesquisa evidencia que o estágio supervisionado em assédio moral transcendeu a mera atividade acadêmica, configurando-se como uma intervenção psicossocial complexa e interdisciplinar. A articulação entre Psicologia, Direito e Políticas Públicas permitiu não apenas o adensamento teórico da equipe, mas a produção de tecnologias educacionais, como a cartilha preventiva e a proposição do parecer técnico psicossocial obrigatório, que possuem potencial de replicabilidade em outras IES e qualquer outra instituição/organização em todo o território nacional, inspirando, quiçá, até outras nações.

Uma das principais contribuições deste estudo reside na demonstração de que a prevenção e o enfrentamento ao assédio exigem superar a perspectiva estritamente jurídico-administrativa. A experiência revelou que, embora a produção documental e o embasamento teórico tenham sido exaustivos para cobrir as lacunas de conhecimento sobre o tema, a

transformação da realidade universitária depende de uma mudança cultural ativa. A transição da coleta virtual para a presencial, relatada neste estudo, confirmou que a presença física e a escuta qualificada são dispositivos fundamentais para romper o silenciamento e o desamparo psicológico enraizados nas hierarquias acadêmicas.

Como limitações, reconhece-se que a presente pesquisa não abrange a análise estatística dos dados populacionais coletados, tarefa que compete à pesquisa matriz. Ademais, a abrangência regional focada em uma universidade do Norte do Brasil, embora valiosa por sua especificidade e relevância institucional, convida à realização de estudos comparativos que considerem as diversidades culturais de outras regiões, instituições diversas e nações.

Para investigações futuras, recomenda-se o aprofundamento em modalidades específicas de violência, como o assédio sexual, e a análise longitudinal do desfecho jurídico e administrativo das denúncias, em interface com as contribuições psicossociais. Conclui-se que o papel do psicólogo frente às violências institucionais é o de um agente de mediação e proteção da dignidade humana, cuja atuação deve ser política, ética e tecnicamente fundamentada para a promoção de ambientes acadêmicos mais justos e saudáveis.

Agradecimentos

Esta pesquisa foi apoiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM).

Contribuições dos autores

Os autores declararam ter feito contribuições substanciais ao trabalho em termos da concepção ou desenho da pesquisa; da aquisição, análise ou interpretação de dados para o trabalho; e da redação ou revisão crítica de conteúdo intelectual relevante. Todos os autores aprovaram a versão final a ser publicada e concordaram em assumir a responsabilidade pública por todos os aspectos do estudo.

Conflitos de interesses

Nenhum conflito financeiro, legal ou político envolvendo terceiros (governo, empresas e fundações privadas, etc.) foi declarado para nenhum aspecto do trabalho submetido (incluindo, mas não se limitando a subvenções e financiamentos, participação em conselho consultivo, desenho de estudo, preparação de manuscrito, análise estatística, etc.).

Indexadores

A Revista *Psicologia, Diversidade e Saúde* é indexada no [DOAJ](#), [EBSCO](#), [Latindex - Catálogo 2.0](#) e [LILACS](#).



Referências

- Biscaia, S. T. (2024). Análise das políticas públicas de prevenção e combate ao assédio no âmbito da Universidade Estadual de Ponta Grossa. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 10(9), 1942–1957. <https://doi.org/10.51891/rease.v10i9.15647>
- Brodsky, C. M. (1976). *The harassed worker* [O trabalhador assediado]. Lexington Books.
- Brondani, A. C., Candice Cresqui, C., Ventorini, E., Szubert, E., Cuty, J., Atz, M. A., & Menezes, T. S. (2025). Núcleo AMPARE e o compromisso ético com o debate sobre o assédio moral na universidade. *Revista da Extensão*, 30, 67–73. <https://seer.ufrgs.br/index.php/revext/article/view/145446>
- Carregosa, L. (12 de março de 2025). 60% das universidades federais não têm políticas de combate ao assédio, diz TCU. G1. <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2025/03/12/60percent-das-universidades-federais-nao-tem-politicas-de-combate-ao-assedio-diz-tcu.ghtml>
- Constituição da República Federativa do Brasil. (1988). http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- Farencena, G. S., Kocourek, S., & Costa, V. F. (2021). Assédio sexual no ambiente laboral: Um estudo com servidores públicos de uma universidade federal do Rio Grande do Sul. *Research, Society and Development*, 10(5), 118. <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/14562/13105>
- Farias, S. B., & Coelho Junior, L. G. T. M. (2024). Reflexões acerca do assédio moral em universidades públicas: uma revisão integrativa. *Derecho y Cambio Social*, 21(78), 1–23. <https://ojs.revistadcs.com/index.php/revista/article/view/47>
- Freitas, M. E., Heloani, R., & Barreto, M. (2011). *Assédio moral no trabalho*. Cengage Learning.
- Hansen, Å. M., Høgh, A., Persson, R., Karlson, B., Garde, A. H., & Ørbæk, P. (2006). Bullying at work, health outcomes and physiological stress response [Bullying no trabalho, desfechos de saúde e resposta fisiológica ao estresse]. *Journal of Psychosomatic Research*, 60(1), 63–72. <https://doi.org/10.1016/j.jpsychores.2005.06.078>
- Hirigoyen, M. F. (2013). *Assédio moral no trabalho: a violência contra o ser humano*. Bertrand Brasil.
- Ignácio, E. M. (2018). *Assédio moral no ambiente de trabalho: implicações no cotidiano de uma instituição federal de ensino do Rio de Janeiro* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal Fluminense]. Repositório Institucional da UFF. <https://app.uff.br/riuff/handle/1/9229>
- Leymann, H., & Gustafsson, A. (1996). Mobbing at work and the development of post-traumatic stress disorders [Assédio moral no trabalho e o desenvolvimento de transtornos de estresse pós-traumático]. *European Journal of Work and Organizational Psychology*, 5(2), 251–275. <https://doi.org/10.1080/13594329608414858>
- Lima, K. S., & Gomes-Souza, R. (2024). Gestão paradoxal e as violências do neoliberalismo travestidas de assédios na universidade. *Revista Serviço Social em Perspectiva*, 8(2), 136–163. <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva/article/view/7597/7851>
- Lima, K., Ferreira, M. C., & Heloani, R. M. (2024). Entrevista com professor Roberto Heloani sobre assédio moral no trabalho. *Revista Laborativa*, 13(2), 141–146. <https://ojs.unesp.br/index.php/rlaborativa/article/view/4302>
- Magnago, C. F., Carijo, M. M., & Pavão, S. M. O. (2023). A constituição do cenário social da pesquisa: complexidade, singularidade e processualidade na Epistemologia Qualitativa. *Educere-Revista da Educação da UNIPAR*, 23(2), 780–792. <https://doi.org/10.25110/educere.v23i2.2023-017>
- Mendes, I. O. (2024). Os efeitos do assédio moral para a vida acadêmica. *Eventos Pedagógicos*, 15(3), 1068–1078. <https://doi.org/10.30681/reps.v15i3.13176>
- Oliveira, A. K. F., Serafim, A. R. M. R., Gino, B. S. B. D., Oliveira Filho, O. M., Aragão, H. S., França, D. A. O., Silvestre, G. Z., Soares, T. E. C., Araujo, A. M. L., Sebastiani, R. T., Araújo, R. P. A., & Silva Júnior, G. C. (2024). Assédio moral no trabalho e saúde mental: perspectivas jurídicas e impactos profissionais. *IOSR Journal of Humanities and Social Science*, 29(9), 42–46. <https://doi.org/10.9790/0837-2909074246>
- Paula, C. F. N. Q., Motta, A. C. G. D., & Nascimento, R. P. (2021). O assédio moral nas organizações: as consequências dessa prática para a sociedade. *Serviço Social & Sociedade*, 142, 467–487. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.260>

- Silva, S. M. (2024). *“Aqui é assim: os incomodados que se retirem” - Assédio moral no trabalho em universidade: um panorama da Universidade Federal da Bahia* [edição eBook]. Periódicos Editora. https://progep.ufu.br/sites/proreh.ufu.br/files/conteudo/capacitacao/livro_assedio_moral_3.pdf
- Soboll, L. A. P. (2017). Assédio moral e organizacional na perspectiva psicossocial: critérios obrigatórios e complementares. In L. A. P. Soboll (Ed.), *Intervenções em assédio moral e organizacional* (13–22). LTr.
- Tupinambá, D. G. (2014). O assédio moral e sua prova. *Revista Direito UNIFACS – Debate Virtual*, 173. <https://revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/viewFile/3369/2413>
- Tuzzo, S. A., Santos, I. G., & Braga, C. F. (2024). O caráter dialógico da pesquisa qualitativa. *New Trends in Qualitative Research*, 19, 1-11. <https://doi.org/10.36367/ntqr.19.2023.e864>
- Vartia, M. (2003). *Workplace bullying: a study on the work environment, well-being and health* [Bullying no ambiente de trabalho: um estudo sobre o ambiente laboral, bem-estar e saúde] [Tese de doutorado, University of Helsinki]. Helda. https://www.researchgate.net/publication/35947078_Workplace_bullying_A_study_on_the_work_environment_well-being_and_health
- Wong, B., & Greenwood, K. (10 de outubro de 2023). *The future of mental health at work is safety, community, and a healthy organizational culture* [O futuro da saúde mental no trabalho é segurança, comunidade e uma cultura organizacional saudável]. Harvard Business Review. <https://hbr.org/2023/10/the-future-of-mental-health-at-work-is-safety-community-and-a-healthy-organizational-culture>